

Sexta-feira

Teresina, 22 de maio de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 8121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CCJ aprova principais pontos da reforma administrativa

Projeto que prevê mudanças no Estado deve ser colocado em votação já na próxima semana

CATARINA SANTIAGO
REPÓRTER

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Piauí aprovou praticamente todos os pontos da reforma administrativa enviada pelo governador Wellington Dias (PT) para o Legislativo. A informação foi dada ontem pelo relator da reforma na Casa e presidente da CCJ, deputado Robert Rios (PDT). O deputado disse que o relatório do projeto será entregue até a próxima terça-feira e ainda na próxima semana poderá ser apreciado em plenário.

Entregue à Assembleia pelo próprio governador, ainda no início de abril, a reforma prevê mudanças pontuais na administração do Estado. As principais são a transferência da gestão da previdência estadual do Iapep (Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí) para a Secretaria



Foto: Divulgação

DEPUTADO Robert Rios, relator do projeto da reforma e presidente da CCJ: principais pontos aprovados na Comissão

Estadual de Administração e transformação do Instituto de Terras do Piauí e da Fundação Cultural do Estado em secretarias. O ponto que gerou mais polêmica foi a transferência da gestão da previdência do Iapep para a Administração.

Apesar de crítico ferrenho das mudanças, o deputado, que é líder da oposição na Casa, revelou que até agora votou a favor, dentro da CCJ, de todas as mudanças do projeto. Ele justifica dizendo que não quer

que Wellington Dias culpe a oposição caso a reforma não seja aprovada na Assembleia. "Até agora todos os pontos da reforma foram aprovados. O governador Wellington Dias (PT) não vai poder culpar a oposição por nada no governo dele", frisou Robert.

Porém, o deputado voltou a criticar o projeto. Para ele, a reforma administrativa proposta pelo governo do Estado não contempla as áreas mais críticas, como Educação, Saú-

de e Segurança. "Nós temos três grandes políticas públicas e ela (reforma) não ataca nenhuma delas. Não ataca nada na educação, nada na saúde, nada na segurança e nem na geração de emprego e renda. Que reforma é essa, então? A reforma transforma o Interpi em secretaria, isso é reforma? A reforma muda o nome de Fundação de Cultural para Secretaria de Cultura, isso não é reforma. Mudar nome não é fazer mudança", critica.

Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com

Reconhecimento

O advogado Norberto Campelo (*foto*), eleito esta semana para o Conselho Nacional de Justiça, visitou ontem o Tribunal de Contas do Estado. Na sessão plenária, ele manifestou seu agradecimento ao TCE-PI, onde inciou a sua atividade profissional como advogado, ainda no ano de 1996.



LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA



Arimatéia Azevedo
arimateia@portalaz.com.br
@arimateiazevedo

portal 

Visita amiga

Kleber Eulálio esteve anteontem, no Tribunal de Contas do Estado (TCE). Foi recebido pelo presidente em exercício, Olavo Rebelo e, com ele, tratar de sua posse como conselheiro eleito pela Assembleia Legislativa. Kleber tem 30 dias ou até 60, para tomar posse.

Aumento de salários

Franzé diz que a lei sobre reajuste deveria ser revista

Sarah Fontenele
Especial para Política

Robert Pedrosa
Editor

O secretário Estadual de Administração, Franzé Silva, defendeu ontem que a lei que aprovou o reajuste dos servidores estaduais, de 2013, deveria ser revista. A afirmação foi feita durante uma audiência pública acalorada realizada no plenário da Assembleia Legislativa do Piauí, para discutir exatamente a suspensão do pagamento do reajuste aos funcionários públicos.

Policiais militares e bombeiros presentes na audiência, requerida pelo deputado estadual Evaldo Gomes (PTC), não descartaram uma paralisação das atividades. Segundo o cabo Aguinaldo Oliveira, presidente da Associação Beneficente de Cabos e Soldados do Piauí (ABECS), o debate não é apenas pelo reajuste dos salários, mas também, a categoria procura diálogo para falar das condições de trabalho dos policiais. Ele lembra a morte de um colega de trabalho que veio a óbito, durante o serviço, nesta quarta-feira (20).

Agnaldo afirma que a categoria não aceita a última proposta apresentada pelo governador. "Nossa proposta é que o governo pague integralmente nosso reajuste. Não tirar 50% do que ele tirou. Hoje nós queremos discutir é o próximo quadriênio. Não queremos mais discutir esse reajuste porque nós já ganhamos em lei", esclareceu.

O clima foi de bas-

tante tenso, com o plenário da Alepi repleto de policiais militares, civis e bombeiros. O secretário Franzé, hostilizado durante audiência e sem apoio da bancada petista, recorreu ao fato de que a Assembleia Legislativa não poderia ter aprovado uma lei sem existir as reais condições de pagamento. "O diálogo tem que ser reaberto dentro desta Casa, pois o que aconteceu foi a aprovação de uma lei que iludiu os servidores, pois o Estado não pode pagar essa conta sem ultrapassar a Lei de Responsabilidade Fiscal", diz.

Os deputados presentes, Marden Meneses (PSDB), Evaldo Gomes (PTC), Robert Rios (PDT) e Firmino Paulo (PSDB), afirmaram que não são a favor da greve, mas defendem é necessário ir até as últimas instâncias para garantir o pagamento. "Eu não sou a favor da greve, mas também não sou a favor de que os policiais aceitem a proposta declarada pelo Governo. É preciso permanecer no diálogo e não aceitar este tratamento humilhante, porque se aceitar agora vai ser da mesma forma até o final do Governo", disse Robert Rios.

De acordo com Evaldo Gomes, proponente da audiência, a desculpa declarada pelo Governo de que não há possibilidade de pagar conta do limite de responsabilidade fiscal é um grande engodo. "Como o Governador pode falar isso, se está querendo criar 15 novos cargos comissionados e mais secretarias? Isso é uma contradição", diz Evaldo se referindo à reforma administrativa.

Para Franzé, este não é um problema de Governo e sim de Estado, uma vez que este está quebrado. Franzé elencou problemas na educação, com falta de merenda escolar e problemas na saúde, como forma de esclarecer que a situação do Governo não é confortável por conta da crise. Ele lembra as dificuldades deixadas pelo Governo passado, onde em dezembro em 2014 o Estado ficou sem ter como honrar os compromissos.

Para o deputado Evaldo Gomes, há verba. No entanto, o Governo deve rever suas prioridades. "Gostaria que o Governo explicasse o pagamento de R\$ 7 milhões para a Imobiliária Canaã, que nem o Governo Wilson Martins e nem o Zé Filho pagaram porque a Procuradoria-Geral do Estado considerou irregular. Então, dinheiro tem, tem que ver são as prioridades", aponta.

Franzé afirma que no último Governo Wellington Dias, o estado foi entregue dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o índice de 43% da receita corrente líquida gasto com a folha de pagamento. "Mas nós recebemos o Governo com 53% do limite. Consideramos justa a reivindicação dos servidores, de minha parte quero resolver, e não fico em gabinete, tenho ido ao diálogo. Agora também é preciso não apenas falar em cumprimento de lei, mas também ver as reais condições que o Governo tem para pagar. O que não podemos é ultrapassar o limite e perder assim os investimentos no Estado", explica.

→ Sexta-feira

TERESINA ANO XX
22 2015 Nº 8337

meionorte.com

meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

FECHAMENTO
21HSO
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

DÓLAR
Compra Venda
Comercial 3,042 3,042
Turismo 2,980 3,170

VALORES
Poupança 0,65%
INSS 20%
IR 15%

EURO
Compra Venda
3,380 3,383

TEMPO
Nascente 5h52
Poente 17h44
Máxima 33°
Mínima 23°

20 anos
meionorte



→ Economia

Defensora pública geral fez um balanço das ações desenvolvidas no período, voltando a fortalecer a necessidade da autonomia financeira da DPE

Hildeth quer autonomia e diz que mudanças na DPE não afetam LRF

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

→ Em alusão ao dia do Defensor Público, a Assembleia realizou na manhã de ontem uma sessão solene visando homenagear a categoria. A iniciativa contou com a participação dos representantes do órgão, dentre eles a defensora pública geral, Hildeth Evangelista, eleita há dois meses para o cargo. Na ocasião, a gestora fez um balanço das ações desenvolvidas no período, voltando a fortalecer a necessidade da autonomia financeira da DPE-PI, viabilizando que sejam demandadas melhorias, principalmente no que se refere a expansão da atuação nos municípios piauienses. "Quando eu assumi, tínhamos 105 defensores, hoje são 103, pois dois foram aposentados, então o que é para aumentar está diminuindo", lamentou.

De acordo com Evangelista, existe a necessidade de que seja realizado concurso público para a contratação de pessoal, segundo ela, seria necessário o dobro do contingente registrado atualmente para atender minimamente as necessidades do Piauí. Neste cenário, a defensora garantiu que a autonomia financeira é imprescindível para a evolu-



HILDETH | Defensora geral participa de sessão solene na Assembleia

→ Concurso

De acordo com Evangelista, existe a necessidade de que seja realizado concurso público para a contratação de pessoal

ção. "Queremos é que seja consolidada essa realidade no Piauí. Recentemente conseguimos em consulta ao TCE, orientação que versa para a nossa autonomia e que não pode nos colocar no limite de responsabilidade fiscal do Executivo. Nós estamos limitados pelo nosso orçamento e pela lei de diretrizes orçamentárias, com isso queremos nos planejar para crescermos institu-

cionalmente, em número de defensores", declarou.

Além dessa mudança, Hildeth defendeu que os proventos destinados aos defensores se equiparem aos de outros Poderes, como o Ministério Público; a defesa é embasada na previsão dos valores no Orçamento, refletindo num pequeno impacto. "Esse impacto está previsto dentro do nosso Orçamento Anual, foi feito um estudo desse impacto por defensor, estaria em torno de R\$ 2 mil por defensor, atualmente nós somos 103. É isso que nós estamos lutando, conhecemos a situação do Estado, mas estamos fora desse bolo da lei de responsabilidade fiscal", pediu.



Gestão vai ser inspecionada - 22/05/2015 às 07h13

Prefeitura omite informações do site e é condenada pelo Tribunal de Contas

Curtir 0

Tweet 0

+1 0

Compartilhar

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) julgou procedente o pedido de inspeção (TC/013497/2013) na prefeitura municipal de Antonio Almeida, referente ao exercício 2013.

O resultado permite a apuração de ausência de divulgação dos dados sobre a execução orçamentária e financeira da Prefeitura no site utilizado pelo município.

De acordo ainda com a sentença do Conselheiro Alisson Araújo, a prefeitura foi condenada ao pagamento de multa ao gestor no valor de 1.000 UFR e apensamento dos autos à Prestação de Contas do município do exercício de 2013.

Quem atuou na defesa da prefeitura foi o advogado Uanderson Ferreira da Silva.

[ACOMPANHE TODA A COBERTURA DO MEIO JURÍDICO NOBrJus.](#)

Publicado Por: Daniel Silva